

NARRATIVAS DE RESILIÊNCIAS: IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA NA PRÁTICA DOCENTE DE MULHERES

■ ROBSON LIMA DE ARRUDA

<https://orcid.org/0000-0001-6149-9827>

Universidade Estadual da Paraíba

■ ROBÉRIA NÁDIA ARAÚJO NASCIMENTO

<https://orcid.org/0000-0002-1806-0138>

Universidade Estadual da Paraíba

RESUMO

Durante a pandemia do novo coronavírus e as demandas educacionais derivadas, professores e professoras assumiram os desafios do ensino remoto e dos tensionamentos advindos das circunstâncias emergentes. Para algumas professoras, a realização das atividades profissionais acrescidas às responsabilidades maternas e domésticas trouxe implicações relacionadas à dinâmica de gênero no âmbito da docência. Focalizando esse aporte, o texto busca examinar as condições de polivalência e sobrecarga de trabalho de cinco professoras pesquisadas. A estratégia metodológica articula dados obtidos de um questionário semiestruturado para embasar uma análise qualitativa da problemática. Constatou-se que o processo de subjetivação de gênero emergiu nos tempos e espaços docentes impactando de modo expressivo o desenvolvimento das aulas remotas, mas, ao mesmo tempo, evidenciando a capacidade de resiliência das professoras em suas reinvenções cotidianas.

Palavras-chave: Narrativas. Gênero e Educação. Ensino remoto. Trabalho feminino.

ABSTRACT

RESILIENCE NARRATIVES: IMPLICATIONS OF THE PANDEMIC ON WOMEN'S TEACHING PRACTICE

During the new coronavirus pandemic and the resulting educational demands, male and female teachers took on the challenges of remote education and the tensions arising from emerging circumstances. For some female teachers, the performance of professional activities in addition to maternal and domestic responsibilities brought implications related to the dynamics of gender in the scope of teaching. Focusing on this contribution, the text seeks to examine the condi-

tions of versatility and work overload of five female teachers surveyed. The methodological strategy articulates data obtained from a semi-structured questionnaire to support a qualitative analysis of the problem. It was found that the process of gender subjectification emerged in teaching times and spaces, significantly impacting the development of remote classes, but, at the same time, showing the female teachers' resilience in their daily reinventions.

Keywords: Narratives. Gender and Education. Remote Teaching. Female Work

RESUMEN **NARRATIVAS DE RESILIENCIA: IMPLICACIONES PANDEMICAS EN LA PRÁCTICA DOCENTE DE LAS MUJERES**

Durante la pandemia del nuevo coronavirus y las demandas educativas resultantes, los maestros e las maestras asumieron los desafíos de la educación remota y las tensiones derivadas de las circunstancias emergentes. Para algunas maestras, el desempeño de actividades profesionales además de las responsabilidades maternas y domésticas trajo implicaciones relacionadas con la dinámica de género en el ámbito de la enseñanza. Centrándose en esta contribución, el texto busca examinar las condiciones de versatilidad y sobrecarga de trabajo de cinco maestras encuestadas. La estrategia metodológica articula los datos obtenidos de un cuestionario semiestructurado para apoyar un análisis cualitativo del problema. Se encontró que el proceso de subjetivación de género surgió en los tiempos y espacios de enseñanza, impactando significativamente el desarrollo de clases remotas, pero, al mismo tiempo, mostrando la resiliencia de las maestras en sus reinventiones diarias.

Palabras clave: Narrativas. Género y Educación. Enseñanza remota. Trabajo femenino.

Introdução

Historicamente, a docência nos anos iniciais sempre foi marcada pela massiva presença feminina (ALMEIDA, 1998, 2009; BRUSCHINI, 1978; 2006; 2007) e é muito comum que as mulheres tenham que associar trabalho profissional com múltiplas funções, “[...] segundo um modelo de família e papel parental ideal que traz como base as divisões de sexo e gênero, sobrecarregando as mães, o

que perpetua a iniquidade de gênero” (CARVALHO, 2004, p. 41).

O contexto da pandemia do novo coronavírus suscitou questões vinculadas ao excesso e à sobrecarga de trabalho das professoras, que precisaram administrar, tanto nos seus ofícios cotidianos como na gestão de filhos em aprendizagem escolar, o desafio das aulas remotas. Consequentemente, as limitações e (im)possi-

bilidades das circunstâncias impuseram uma nova trama nas relações pessoais e no desenvolvimento profissional dessas mulheres, chamando a atenção para o elevado grau de estresse a que têm sido submetidas.

A rotina das professoras já é bastante atribulada em cenários normais, uma vez que muitas possuem dupla/tripla jornada, equilibrando-se entre trabalho remunerado, atribuições de mãe, esposa, dona de casa, estudante e mulher¹. Cada uma dessas dimensões integra as subjetivas individualidades, mas também são atravessadas por construções culturais engendradas principalmente pelas normas históricas do patriarcado. Como assinala Louro (2010b), as práticas sociais são estruturas constituídas pelos gêneros e também constituintes dos gêneros. É no campo das relações sociais que os papéis desiguais são forjados e disseminados para legitimar a hegemonia do masculino. Quando se pressupõe papéis ideais ou adequados para homens e mulheres, muitas vezes, a partir da menção a competências ou habilidades genéricas, como a circunscrição feminina ao espaço doméstico, forja-se relações desiguais que se sustentam na dicotomia sexo-gênero.

As impressões acerca do papel social do masculino e do feminino vão influenciar os arquétipos da cultura, bem como os simbolismos e os signos que configuram as práticas esperadas, consideradas “normais” entre os sexos, fundamentando as representações correntes sobre homens e mulheres, tais como as conhecemos hoje. Entre essas repre-

¹ Em alusão às dimensões de autocuidado, de autoconhecimento, de autoestima, de sua sexualidade, dentre outras questões que compreendem o *self* da mulher. A opção pelo feminino é metodológica, excluindo-se, evidentemente, qualquer dicotomia de análise. Louro (2010a) elucida que o debate contemporâneo de gênero se relaciona às implicações de poder e, por isso, não envolve apenas o feminino isoladamente, mas, sobretudo, os significados do masculino sobre o feminino. Qualquer leitura sobre mulheres deriva de relações socioculturais acerca do masculino.

sentações, temos as mulheres como “sujeitos do lar”, aptas a desenvolver tarefas que lhes foram instituídas pelas matrizes do patriarcado. Assim, “[...] o pensamento androcêntrico patriarcal originou a racionalidade binária que até hoje sustenta as relações discriminatórias entre os sexos, estruturando a divisão de trabalho em casa e na escola” (CARVALHO, 2004, p. 42).

Até que ponto esse paradigma se reflete no cotidiano de mulheres professoras no cenário atípico da pandemia? Através de entrevistas semiestruturadas com cinco docentes da Educação Básica, que também são mães, esposas e “donas de casa”, buscamos uma aproximação com esse campo de análise. As discussões se fundamentam em autores que contemplam as dinâmicas de gênero (BOURDIEU, 2009; BEAUVOIR, 1970,1967; ALMEIDA, 1998, 2009; BRUSCHINI, 1978, 2006, 2007) e a docência feminina (CARVALHO, 2004; VIEIRA, 2017; VIANNA, 2013; TOSTES *et al.*, 2018).

A mulher e o trabalho: pressupostos históricos

Desde os primórdios da humanidade, o trabalho da mulher sempre existiu, porém, nem sempre como atividade reconhecidamente profissional. A predominância da atividade masculina como provedora do lar e da família trouxe às mulheres a obrigação dos cuidados domésticos com os filhos e o marido. O lar passou a ser considerado lugar de privilégio e de cência e a rua era vista como lugar de “mulher que não presta” (COSTA, 2018; ARAGÃO, KREUTZ, 2012). Nesse sentido, tornou-se comum associar a presença da mulher ao espaço privado, enquanto que o homem gozava dos direitos da vida pública (VIANNA, 2013). Enclausurada, a mulher dependia de seu esposo jurídica, moral, econômica e religiosamente, conforme expõe Bourdieu (2009):

Excluídas do universo das coisas sérias, dos assuntos públicos, e mais especificamente dos econômicos, as mulheres ficaram durante muito tempo confinadas ao universo doméstico e às atividades associadas à reprodução biológica e social da descendência; atividades (principalmente maternas) que, mesmo quando aparentemente reconhecidas e por vezes ritualmente celebradas, só o são realmente enquanto permanecem subordinadas às atividades de produção, as únicas que recebem uma verdadeira sanção econômica e social, e organizadas em relação aos interesses materiais e simbólicos da descendência, isto é, dos homens [...]. (BOURDIEU, 2002, p. 58).

Louro (2010a) enfatiza que “[...] a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tiveram como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeitos” (LOURO, 2010a, p. 17). Por consequência, teorias foram construídas e utilizadas para “provar” distinções físicas, psíquicas, comportamentos, bem como para indicar diferentes habilidades sociais, as possibilidades e os destinos “próprios” de cada gênero. Assim, a escola tem grande responsabilidade na desconstrução dos estigmas de gênero, pois “[...] não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas ela própria as produz” (LOURO, 2010a, p. 80).

Os anos 1970 marcam a entrada das mulheres no mercado de trabalho, rompendo um tabu instaurado no inconsciente coletivo das sociedades que a concebiam como “seres do lar”. Essa cultura ficou tão arraigada que as próprias mulheres desenvolveram uma dependência material e psicológica que as fizeram inconscientemente desejar serem cuidadas e protegidas por outrem. A esse comportamento Dowling (2012) chamou de “Complexo de Cinderela”. Ou seja, há uma dominação masculina que coloca a mulher em dependência simbólica do olhar do outro, conforme explica Bourdieu (2009):

Delas se espera que sejam ‘femininas’, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa ‘feminilidade’ muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas [...]. (BOURDIEU, 2009, p. 41).

A busca pela emancipação feminina provocou mudanças nas estruturas já solidificadas pelo patriarcado, representando uma ameaça ao machismo estrutural. Segundo Scott (1995), as teorias do patriarcado justificam a subordinação da mulher na “necessidade” masculina de dominá-las. Mulheres eram vistas como perigosas, pois eram fortes concorrentes, possuíam competência e podiam trabalhar por salários mais baixos. Nesse cenário, antifeministas apelaram para Religião, Filosofia, Teologia e até para Biologia e Psicologia, para provar a inferioridade da mulher (BEAUVOIR, 1970). De acordo com Vianna (2013):

Em nossa sociedade as explicações sobre as diferenças entre homens e mulheres são fortemente qualificadas pelo sexo, com evidentes conotações biológicas e com forte intenção de produzir hierarquias que sustentem relações desiguais e de dominação no âmbito específico das relações sociais de gênero e na sua articulação com classe, raça, etnia e geração. (VIANNA, 2013, p. 161-162).

No Brasil, até recentemente, mesmo que a renda das mulheres fosse maior que a dos homens, seu trabalho era considerado como atividade complementar na sustentação da família (SIQUEIRA; FERREIRA, 2003). As evidências de subordinação do trabalho da mulher em relação ao homem são inúmeras e se deram em todo seu processo de inserção no mercado de trabalho, desde o princípio até os dias atuais. Trata-se de uma relação vertical em que a mulher ainda vive em constante desvantagem (APPLE, 1988).

Os estereótipos antagônicos construídos acerca da mulher e do homem interferem

negativamente no tocante aos anseios por igualdade, disseminando preconceitos, injustiças e depreciação do trabalho feminino. No âmbito das relações conjugais, às mulheres caberiam a maternidade e os cuidados com a educação e alimentação e aos homens prover o sustento da casa e proteger a família (VIANNA, 2013).

O acesso à educação se tornou a principal ferramenta para que as mulheres pudessem vislumbrar outros caminhos, além dos horizontes “do lar” e da família. Dessa forma, o trabalho desenvolvido em profissões que requeriam instrução se tornou a porta de entrada para que mulheres pudessem ascender socialmente e conquistar independência. A propósito disso, esclarece Beauvoir (1967):

Foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta. Desde que ela deixa de ser uma parasita, o sistema baseado em sua dependência desmorona; entre o universo e ela não há mais necessidade de um mediador masculino. (BEAUVOIR, 1967, p. 449)

De acordo com Bruschini (2006, 2007), os primeiros estudos sobre o trabalho feminino no Brasil evidenciavam a produção e descon sideravam o papel que as mulheres desempenhavam na família. Tais pesquisas e estudos tomaram outros rumos quando passaram a enfocar a articulação entre espaço produtivo (o trabalho) e reprodutivo (a família) (BRUSCHINI, 2006, 2007). No entanto, Beauvoir (1967) destaca que, para as mulheres, o trabalho passou a se constituir pela conciliação entre esses dois aspectos:

Com a operária, a empregada, a secretária, a vendedora, que trabalham fora de casa, a situação é muito diferente. É-lhes muito mais difícil conciliar o ofício com a vida doméstica (compras, refeições, limpeza, cuidado da roupa, coisas que lhes tomam três horas e meia de trabalho cotidiano, pelo menos, e seis horas no do-

mingo, o que é considerável quando se acresce ao número de horas da fábrica ou do escritório). Quanto às profissões liberais, embora advogadas, médicas, professoras consigam quem as auxilie em casa, o lar e os filhos representam para elas encargos e preocupações que constituem um pesado *handicap* [desvantagem] [...] (BEAUVOIR, 1967, p. 174, grifo da autora)

Não obstante, o aumento do número de mulheres que optaram pelo trabalho remunerado aos poucos fez ruir o modelo de família patriarcal e demandou o aumento de babás, diaristas ou empregadas domésticas, até então presentes geralmente em famílias abastadas. A queda das taxas de fecundidade e de mortalidade infantil também colaborou com a transformação desse cenário.

Por outro lado, quando as mulheres saem para trabalhar, ainda assim, recaem sobre elas as críticas pela ausência doméstica e materna, em detrimento do trabalho, fato que não ocorre na mesma medida com os homens. Questionadas e acusadas de abandonar seus filhos e “seu lar”, deixando-os aos cuidados de outra pessoa, experimentam sentimentos ambivalentes entre sua carreira profissional e a vida familiar. Não obstante, as mulheres experimentam tal ambivalência de forma praticamente solitária, tendo em vista que os homens não a vivem com a mesma intensidade.

Profissão professora: caminhos para a emancipação feminina?

O magistério tornou-se uma das vias de acesso mais importantes para a chegada das mulheres ao mercado de trabalho formal. No Brasil, ao final do século XIX, havia um alto índice de mulheres nas profissões de enfermagem e no magistério, por exemplo. Estas eram, inclusive, as únicas profissões permitidas para mulheres com instrução naquela época. Para

muitas delas, lecionar era a única saída para conciliar a aspiração por atividades fora do âmbito doméstico.

Desde o século passado, o magistério ficou marcado como uma profissão feminina por excelência (BRUSCHINI; AMADO, 1988). Urge desse contexto o aspecto da maternidade tão evidenciado na professora, também chamada de “tia”: “A própria relação das professoras com seus alunos confunde-se com a relação mãe-filhos. A organização e o funcionamento da escola também possuem características do trabalho doméstico” (SIQUEIRA; FERREIRA, 2003, p. 77). Depreende-se daí a transferência da mulher cuidadora do lar e da família para o espaço escolar, sobretudo quando se considera que, durante muito tempo, as professoras primárias eram também as responsáveis pela limpeza e pelo preparo da escassa merenda escolar. Tal realidade ocorreu ainda até o início da década de 1990, em várias cidades país a fora, sobretudo em escolas do campo. Uma “[...] combinação entre professora competente e dona de casa amorosa” (ARAGÃO, KREUTZ, 2012, p.65).

O ingresso na docência incluía, entre outras exigências, a honestidade, obediência, prudência e habilidades manuais como critérios (DAMETTO; ESQUINSANI, 2015). Um modelo de contrato de 1923, na cidade de São Paulo, ilustra a forma como as mulheres eram forçadas a forjar um modelo de identidade baseado no machismo e autoritarismo da época. Na ocasião, para assumir uma vaga de professora, deveriam apresentar uma autorização do pai ou do marido, não poderiam ser casadas, não deveriam andar na companhia de homens, não podiam consumir cigarros, uísque, vinho ou cerveja, não usar maquilagem nem tingir cabelo. Deveriam ficar em casa entre às 18h da tarde e às 6h da manhã e cuidar da limpeza, higiene e moralidade de sua sala de aula (ALMEIDA, 2009, 1998).

À época, professoras não deveriam motivar-se por questões salariais e sim pelo ideal de missão e sacerdócio. Este último aspecto apoia-se no fato de que era urgente a expansão do ensino e este deveria acontecer de forma barateada (DAMETTO; ESQUINSANI, 2015). Tal assertiva nos permite repensar a hipótese levantada por alguns estudos² que associam a deterioração salarial e o desprestígio do magistério à feminização provocada pela entrada das mulheres na profissão (SIQUEIRA; FERREIRA, 2003).

De acordo com Apple (1988), “[...] parece haver uma estreita relação com o ingresso da mulher em uma profissão e uma lenta transformação dela. Frequentemente a remuneração cai e passa a ser considerada de baixa qualificação” (APPLE, 1988, p.16). Aos poucos, os homens – que eram maioria na profissão – foram abandonando o magistério de modo que, em 1920, de acordo com o Censo Demográfico, 72,5% do professorado brasileiro era constituído por mulheres (VIANNA, 2013). Em decorrência disso, “[...] os baixos salários oferecidos reforçavam essa associação, a ponto de se encarar como desonroso e até humilhante, para o homem, o exercício dessa profissão” (BRUSCHINI; AMADO, 1988, p. 5).

De maneira discordante, Vianna (2013) ressalta que a desvalorização do magistério, na verdade, não é reflexo do ingresso da mulher na profissão. Segundo essa autora, o desprestígio da docência é consequência de uma sociedade patriarcal que deprecia a mulher e não vê na educação a alternativa para o progresso. Em outras palavras, a educação não era prioridade.

Sua não-valorização antecede o ingresso das mulheres nesse campo profissional. O reducionismo acadêmico, ao considerar que somente a feminização foi causa do rebaixamento da profissão, é tão ingênuo quanto acreditar que, no

² Novaes (1981); Rosemberg & Amado (1992); Hypólito (1997), *In*: Siqueira e Ferreira (2003).

tempo em que os homens cerravam suas fileiras no magistério, este era valorizado e os professores recebiam altos vencimentos. Há também o mito da passividade da professora, reforçado por estudos que a culpabilizam ou questionam sua prática. O magistério sempre teve um potencial como espaço de lutas e reivindicações [...]. (VIANNA, 2013, p. 210).

À medida que se tornou instrumento de ascensão, a docência se converteu em ferramenta de politização, promovendo contestações ao discurso da passividade da mulher frente ao trabalho (APPLE, 1988) e contrariando a máxima da época de que “[...] professora é mulher; mulher é submissa; então, professoras não lutam” (BRUSCHINI; AMADO, 1988). Todavia, um longo caminho foi e ainda é percorrido para combater as injustiças e desigualdades contra as mulheres.

Profissional mulher: polivalente ou sobrecarregada?

À medida que a mulher conquistou o mercado de trabalho, ocorreu-lhe a sobrecarga da dupla/tripla jornada devido ao seu engajamento nas tarefas reprodutivas (CAVENAGHI; ALVES, 2018). Paradoxalmente, um misto de emancipação e independência foi agregado a sofrimento e exaustão. Um estudo da Fundação Carlos Chagas (FCC), em 2007, comprovou que as mulheres executam mais horas de atividades domésticas do que os homens. Elas gastam em média 27,2 horas de atividades por semana, enquanto os homens gastam apenas 10,6 (FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009). Além disso, frequentemente as atividades que os homens desempenham nos afazeres domésticos ou no cuidado com os filhos são consideradas como apoio à mulher e não como parte de suas obrigações (VIEIRA; AMARAL, 2013). Esse discurso reforça a mulher como protagonista responsável por tais atividades, cabendo ao

homem um papel secundário, de coadjuvante. Conforme ressalta Almeida (1998, p. 82), “[...] homens também são professores e cuidam da família, porém raramente são descritos nesses afazeres, como se tal fato devesse permanecer oculto”.

Lidar com essa dupla/tripla jornada de trabalho tem sido uma das causas de adoecimentos como estresse e ansiedade, de sofrimentos emocionais, sentimentos de culpa e esgotamento físico. “Isso produz sensações de incompetência, de cansaço, de sofrimento, de desgaste, as quais interferem sobremaneira no processo de viver humano” (COSTA, 2018, p. 446).

Pesquisas no âmbito educacional revelam que o adoecimento em decorrência da excessiva carga de trabalho possui índices alarmantes no Brasil (TOSTES, *et al*, 2018). Num estudo realizado em 2018, pela Associação Nova Escola, com cerca de cinco mil professores, 87% dos entrevistados afirmaram que a profissão intensifica o adoecimento. Entre os problemas de saúde, a ansiedade (68%), o estresse e dor de cabeça (63%) lideram o *ranking* do adoecimento entre os professores³.

Nos últimos cinco anos, de acordo com uma pesquisa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (VIEIRA, 2017), 71% dos profissionais de Educação se afastaram por problemas psiquiátricos e psicológicos. O estresse (65,7%) e a depressão (53,7%) lideram os casos. Outra pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com 1.021 professores no estado do Paraná, identificou que a ansiedade (70%) e a depressão (44%) lideram os problemas psíquicos desses profissionais. O estudo revelou, ainda, a

3 NOVA ESCOLA. 66% dos professores já precisaram se afastar por problemas de saúde. Publicado em 16 de agosto de 2018. Disponível em: < <https://novaescola.org.br/conteudo/12302/pesquisa-indica-que-66-dos-professores-ja-precisaram-se-afastar-devido-a-problemasde-saude> > Acesso em: 13 jun. 2020.

prevalência do adoecimento nas mulheres e aponta como uma das principais causas do sofrimento mental, as novas condições de trabalho, a sobrecarga, o elevado número de alunos, a docência no ensino fundamental, entre outras (TOSTES *et al.*, 2018).

Diversos fatores podem influenciar o mal-estar das docentes e estes podem estar relacionados não apenas às demandas profissionais, mas, entre outros aspectos, às consequências da pressão social. A falta de tempo para cuidar da família e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento dos filhos, por exemplo, são tidos como perda em decorrência dessa concepção de “natureza feminina”. Considere-se, ainda, o fato de que há um entendimento presente na sociedade de que cabe à mãe cuidar dos filhos. Isso fica evidente quando se reproduz a máxima de “só quem gerou é quem sabe cuidar”. Nesse contexto, Bruschini (1978) reitera que “[...] os papéis domésticos impostos à mulher em geral recaem com maior vigor sobre aquela que é casada, ao mesmo tempo que o preconceito contra o trabalho exercido fora do lar incide mais intensamente sobre as que têm filhos pequenos” (BRUSCHINI, 1978, p. 7-8).

A medida tomada para dar conta da sobrecarga de atividades profissionais, familiares e domésticas consiste, muitas vezes, em anular o descanso dos fins de semana, as atividades de lazer, exercícios físicos, férias e feriados (VIEIRA; AMARAL, 2013). Além disso, a mulher geralmente traz atividades para casa e está quase sempre ocupada em suas atividades enquanto o homem normalmente desfruta de tempo livre e geralmente não traz atividades do trabalho para casa. Com isso, o tempo para cuidar de si é escasso. Praticamente todo tempo é dedicado para cuidar do outro, sejam os alunos ou os seus filhos e companheiros. Conforme Siqueira & Ferreira (2003, p. 82):

Cuidar dos outros não pode implicar não se cuidar, assim como as mulheres precisam ser cuidadas pelos outros para além de possíveis rótulos oriundos das relações de saber-poder engendradas social e historicamente. Ademais, todos precisam desenvolver a possibilidade de cuidar dos outros, e não apenas as mulheres [...] Não é a constituição biológica que nos oprime, mas um sistema social baseado na opressão de classe, gênero, etnia/raça e geração, entre tantas outras formas.

No contexto da pandemia, as atribuições profissionais e o tempo consumido pelas atividades domiciliares e pela responsabilidade com a família ocasionaram sobrecarga de trabalho para as professoras. Nesse sentido, a vulnerabilidade dessas mulheres precisa ser considerada, visto que recaíram sobre elas as maiores cargas de estresse ocasionadas pela presença constante das crianças e outros familiares em casa, durante o distanciamento social (SANTOS, 2020). Assim, interessou-nos saber como as professoras conseguiram desenvolver as aulas remotas dentro desse novo contexto, bem como o que elas têm a dizer sobre trabalhar, ser mãe, esposa e assumir afazeres domésticos durante a pandemia.

Estratégias metodológicas

Esta é uma pesquisa qualitativa que, conforme Silva e Menezes (2001), “[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20). Optamos por um estudo de natureza descritiva que objetiva “[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28), bem como utiliza técnicas padronizadas de coletas de dados como, por exemplo, o questionário (PRADNOV; FREITAS, 2013).

Para tanto, selecionamos cinco professoras da Educação Básica, levando em conta os seguintes critérios: que possuíssem dois vínculos empregatícios; que exercessem a maternidade, tendo pelo menos um filho menor de dez anos; que mantivessem uma relação de convivência conjugal e que fossem, também, responsáveis pelos afazeres domésticos, sobretudo nos tempos de distanciamento social em virtude da pandemia da Covid-19. Tais critérios nos interessam por representar um recorte simbólico da representação feminina na nossa cultura: o da mulher, mãe, esposa, dona de casa e profissional. Cada um desses aspectos foi explorado e justificado na análise dos resultados. A escolha das participantes se deu por conveniência durante a fase exploratória do estudo em que foi possível fazer um levantamento das professoras com o perfil mencionado.

Os contatos para entrevista foram feitos pelo aplicativo de mensagem WhatsApp. A coleta de dados foi obtida através de um formulário aplicado via plataforma Google Forms entre os dias 19 e 24 de junho de 2020. Contendo 32 perguntas, o formulário semiestruturado teve predominância de questões fechadas, mas apresentou também questões abertas. A análise dos resultados seguiu critérios qualitativos levando em conta “[...] uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório” (GIL, 2008, p. 133).

De acordo com Pradnov e Freitas (2013), na análise qualitativa, fazemos abstrações e buscamos possíveis explicações para estabelecer fluxos de causa e efeito. Não obstante, cabe evidenciar que o aspecto qualitativo desta pesquisa não se opõe ao quantitativo. Pelo contrário, se complementam, tornando possível “[...] extrair significações essenciais da mensagem” (LAVILLE; DIONNE, 1999).

As considerações obtidas pela pesquisa não pretendem esgotar as possibilidades de análise sobre o tema, apenas exemplificam a realidade investigada, privilegiando aspectos da complexidade de cada entrevistada, considerando-se seu contexto individual e subjetivo. Dessa forma, não há pretensão de se produzir generalizações.

Narrando experiências: as vozes das professoras entrevistadas

De início, pretendemos situar o perfil das nossas entrevistadas no contexto da análise, a fim de que possamos extrair compreensões mais significativas da pesquisa. Os dados abordados utilizam categorias de análise que reúnem um conjunto de significados a fim de articular as discussões sugeridas pelas entrevistadas.

Para fins de preservação da identidade das entrevistadas, utilizamos a letra P (professora) seguida por uma sequência de números de 1 a 5, de acordo com a ordem cronológica das respostas. Para facilitar a comunicação dos resultados quantitativos, lançamos mão de dados percentuais, principalmente nos gráficos, mas também recorreremos ao uso de números/quantidades quando julgamos oportuno.

Como já mencionado nos critérios de seleção, as cinco participantes do estudo são professoras da Educação Básica e trabalham em dois vínculos. Todas elas são mães de dois filhos, sendo três casadas e dois com vínculo estável com seu companheiro. Na Tabela 1, apresentamos o perfil profissional das participantes.

A partir das informações sobre os trabalhos das professoras pesquisadas, emergiu a primeira categoria de análise: “a profissional”. Nesse conjunto de análise, a formação e a modalidade de atuação das professoras configura informação pertinente.

Tabela 1 – Perfil profissional das professoras

Professora Participante	Idade	Tempo de docência	Atuação*				Nível de Instrução**			
			EI	AI	AF	EM	GRA	ESP	MES	DOU
P1	38 anos	20 anos	X	-	X	-	X	X	-	-
P2	33 anos	14 anos	-	X	X	-	X	X	X	-
P3	33 anos	14 anos	X	X	-	-	X	-	-	-
P4	43 anos	23 anos	X	X	-	-	X	X	X	X***
P5	43 anos	29 anos	-	X	-	X	X	X	-	-

*EI – Educação Infantil / AI – Anos Iniciais / AF – Anos Finais / EM – Ensino Médio. **GRA – Graduação / ESP – Especialização / MES – Mestrado / DOU – Doutorado. *** Cursando.

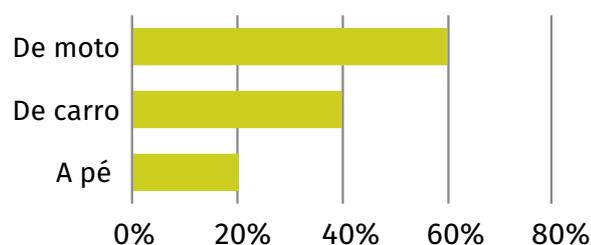
Fonte: elaborada pelos autores.

Conforme podemos observar na Tabela 1, as professoras possuem um tempo de docência que pode ser visto como suficiente para caracterizar ou atribuir-lhes a condição de “profissionais experientes”. Além disso, podemos inferir que se tornaram professoras ainda muito novas, por volta dos 18 anos em média. A maioria delas atua nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, seguido da Educação Infantil, Anos Finais e Ensino Médio. Essas informações, inclusive, coadunam outros dados e pesquisas (BRUSCHINI; AMADO, 1988; SIQUEIRA, FERREIRA, 2003) que mostram que as mulheres são maioria nos primeiros anos da educação escolar. No aspecto da formação, todas possuem graduação e a maioria

encontra-se no nível de especialização (80%), seguido do mestrado (40%).

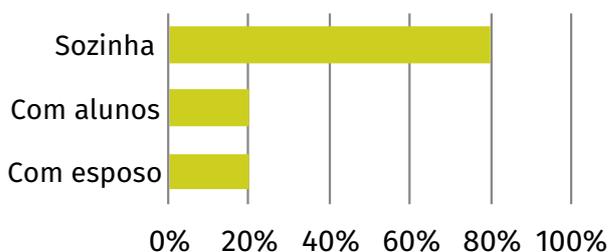
Através dos questionamentos sobre distância e locomoção até o trabalho, foi possível perceber que as entrevistadas não atuam muito distantes de casa, uma vez que gastam em média de 15 a 30 minutos até o local de trabalho. De forma mais detalhada, três delas conseguem chegar aos dois vínculos em até 15 minutos. As outras duas gastam de 15 a 30 minutos, sendo que uma delas precisa de mais tempo, de 30 a 45 min, para chegar até um dos locais de trabalho.

Os gráficos abaixo mostram o tipo de transporte utilizado pelas professoras e como se deslocam até a escola.

Gráfico 1 - Tipo de transporte utilizado para chegar até o trabalho

Fonte: elaborado pelos autores.

De acordo com as representações gráficas, observa-se que a maioria das professoras se desloca sozinha até o trabalho, utilizando

Gráfico 2 - Com quem se desloca até o trabalho

a motocicleta como principal meio de transporte. Esses dados nos permitem inferir sobre o aspecto do tempo gasto até o trabalho,

colocado anteriormente numa média de 15 a 30 minutos. Destarte, a moto é utilizada pela maioria, considerando a necessidade de ter autonomia e agilidade frente à sua locomoção já que, num curto intervalo de tempo, as professoras voltam para suas casas e, em meio aos cuidados com almoço e a organização dos filhos para irem até a escola ou deixá-los com alguém, precisam de independência e rapidez na locomoção.

A nova rotina imposta pela pandemia alterou essa dinâmica, sendo vista como um desafio para a reinvenção, persistência e superação do cotidiano, segundo as palavras das entrevistadas. A professora P3 afirma:

Esta é uma situação difícil, pois precisamos, como profissional, nos reinventar, e isso exige de nós muito mais tempo e dedicação. Porém, é necessário diante do que vivenciamos, afinal, os alunos não podem ficar ausentes ao contato com o cotidiano escolar. (Professora P3, grifo nosso)

Mesmo que o ensino presencial tenha como característica uma rotina atribulada em relação aos expedientes e locomoção, ainda assim, essa parece ser uma condição melhor do que o confinamento causado pela pandemia, conforme relata a professora P5:

O fato de estar mais em casa está me sobrecarregando, pois enquanto preparo ou dou as minhas aulas (on-line) estou sendo requisitada constantemente por filhos, e companheiro, ou seja, não conseguimos separar o trabalho e os deveres/situações familiares. – sobrecarregada – mais cansada – nível de estresse elevado – responsabilidades mútuas. (Professora P5)

Na sua fala, a professora revela sua sobrecarga com o ensino remoto, demonstrando a necessidade de resiliência no desempenho de suas atividades. O conceito em questão deriva do latim *resilio*, que se reporta a saltar para trás, reduzir-se e afastar-se. Segundo Tavares (2001), o sentido etimológico de resi-

liência se refere a “ser elástico”, numa comparação a algo que retorna à posição original após uma deformação sofrida. Do ponto de vista da Psicologia, resiliência é a ação de se recuperar, ou dar a volta por cima depois de uma doença grave, trauma ou estresse. Em síntese, é enfrentar as provações da vida, ou seja, primeiramente resistir a elas e depois conseguir superá-las para viver o melhor possível. Uma pessoa resiliente é capaz de se fortalecer, apesar e por causa das dificuldades, sugerindo a *expertise* de transformação inerente à condição humana.

No campo da Educação, e especialmente da ação docente, a resiliência envolve a força de “não desistir”, uma habilidade socioemocional de se adaptar às circunstâncias estressantes e de esboçar enfrentamentos para ser possível resistir, reaprender e criar novas estratégias. Por isso, a concepção de escola e tudo que a envolve se converte num espaço cognitivo privilegiado para esse aprendizado, considerando-se as reinvenções necessárias. Os educadores constantemente se deparam com obstáculos cotidianos e dramas pessoais que colocam à prova a continuidade dos seus ofícios. As palavras mencionadas pela professora P5 sinalizam a conscientização das dificuldades inerentes à vida social e familiar, sugerindo o estresse inerente à relação vida e trabalho. Já no relato da Professora 3, observamos a responsabilidade com os alunos no encaminhamento de estratégias ou projeções da superação dos entraves. Em ambas, são visíveis a dedicação e o desejo de reinvenção de atitudes.

O tópico “cuidados com os filhos” é a nossa segunda categoria de análise. A maternidade, aliás, como vimos, é paradoxalmente difundida como dom divino, mas alguns estudos e pesquisas (CARVALHO, 1996; SIQUEIRA E FERREIRA, 2003; entre outros) apontam que, por trás desse “romantismo”, há muita sobrecar-

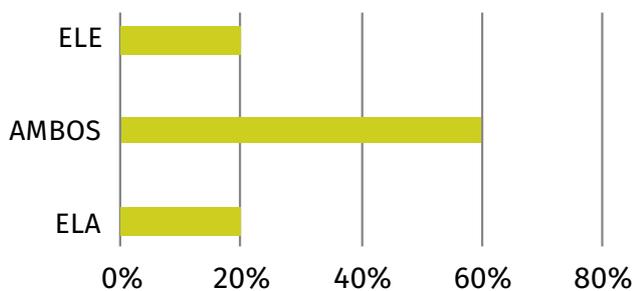
ga e sofrimento. Diniz (1988)⁴ aponta que uma das causas do mal-estar na mulher-professora está na ideia fixa de “naturalidade” da relação entre maternidade e casamento:

No cotidiano escolar, as mulheres-professoras privilegiam o discurso da queixa, negando discussões inerentes ao campo pedagógico, apaziguam o conflito, construindo um sintoma. O corpo doente esforça-se por dizer o que não pode ser dito. E as mulheres-professoras permanecem no magistério [...]. (COUTO, 1999, p. 171).

Em nossa pesquisa, duas famílias estão com bebês em idade até um ano e outras duas têm filhos acima dos dez anos. Em cada família, há pelo menos um dos dois filhos em idade pré-escolar ou nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Antes da pandemia, enquanto não estavam estudando, 80% dessas crianças ficavam com uma assistente ou empregada doméstica, 20% ficavam com um parente e outros 20% com o pai.

No contexto da pandemia, 80% das entrevistadas alegaram que os cuidados com os fi-

Gráfico 3 - Sobre cuidados com os filhos enquanto estão na escola



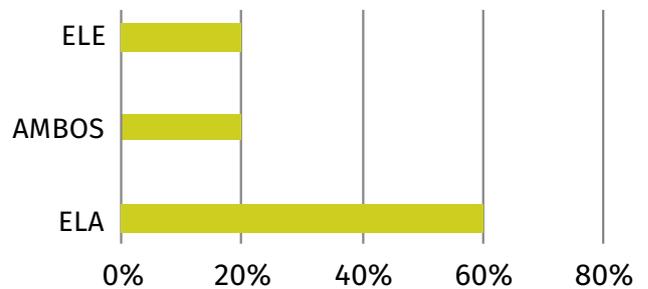
Fonte: elaborado pelos autores.

Os resultados sugerem que as atividades escolares ficaram a encargo das mães (80%) ao somarmos os dados totais e quase totais. Essa evidência reforça o estereótipo da mulher como provedora do ensino escolar, mantendo

lhos ficaram totalmente sob sua responsabilidade, mesmo com os companheiros estando em casa todo o tempo (40%) ou a maior parte do tempo (60%). Isso porque as auxiliares foram dispensadas de suas atividades domésticas. A propósito do distanciamento social, todas as entrevistadas afirmaram que sua família cumpriu o distanciamento social em nível quase total (60%) ou total (40%).

Para demonstrar a divisão de responsabilidades com as crianças, recorreremos aos gráficos abaixo. Eles ilustram o nível de envolvimento dos responsáveis familiares nas atividades escolares das crianças bem como nos cuidados com os filhos enquanto estavam em casa. Os gráficos apresentam uma escala em que “ELE” representa o companheiro apenas e “ELA” representa a mãe apenas. O item “AMBOS” significa o compartilhamento nivelado entre o casal e nos pontos entre ambos e ele ou entre ambos e ela, considere-se a quase totalidade da responsabilidade sobre um ou outro cuidador das crianças.

Gráfico 4 - Sobre ajuda nas atividades escolares das crianças



os homens distantes dessa atividade. Conforme discutimos, às mulheres foram atribuídas as qualidades de paciência, delicadeza e capacidade instrucional como modo de encaixe ao padrão da cultura patriarcal.

O acúmulo de funções na criação dos filhos quase sempre é acompanhado da sobrecarga de atividades domésticas, muitas vezes realizadas sem a participação do companheiro. No

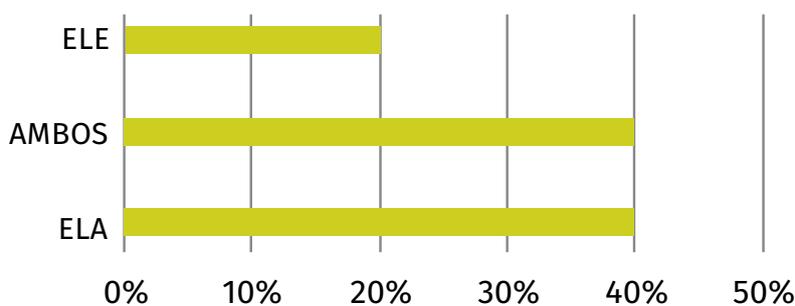
4 DINIZ, Margareth. Do que sofrem as mulheres professoras? In: LOPES, Eliane Marta Teixeira (Org.). *A psicanálise escuta a educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1988.

entanto, o relato da professora P3 demonstra persistência diante das adversidades apontando seu perfil resiliente:

Esta atual situação considero como mais um desafio profissional e de vida. Conciliar a vida familiar e profissional no mesmo ambiente não é nada fácil. Requer organização, força de vontade e estrutura, seja física, familiar e psicológica- emocional. É difícil, porém, tenho grande apoio de meu companheiro, sua ajuda e compreensão são muito importantes. Às vezes bate o cansaço, desgaste psicológico e físico, mas vejo em meus filhos a força que devo ter para batalhar pelas coisas que escolhemos fazer. (Professora P3)

Os “afazeres domésticos” compõem a terceira categoria de análise. Iniciamos este tópico enfatizando que o aumento de atividades domésticas durante a pandemia foi citado por 80% das nossas entrevistadas. Desse percentual, 40% consideram que houve um aumento excessivo. Por isso, em nossa pesquisa, quisemos saber sobre a divisão dos afazeres domésticos durante a pandemia. Os resultados podem ser visualizados no Gráfico 5. Conforme iremos observar, parece haver um equilíbrio na realização das atividades domésticas entre as entrevistadas e seus companheiros, muito embora, ainda é sobre elas que recai maior carga desses afazeres.

Gráfico 5 - Divisão dos afazeres domésticos entre o casal durante a pandemia



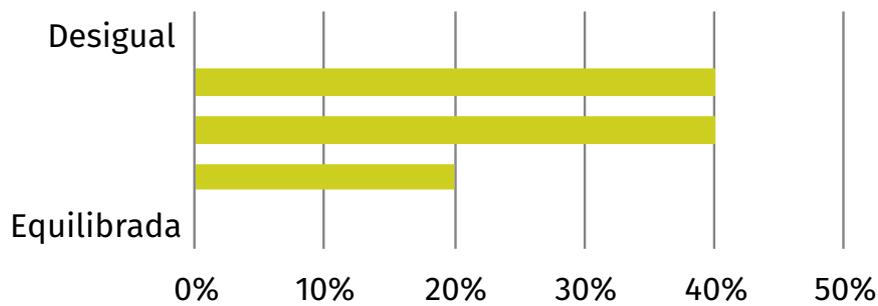
Fonte: elaborado pelos autores.

“Sobrecarga”, aliás, parece uma palavra comum quando se trata da rotina das professoras. Ainda que sinalizem uma aparente igualdade na realização dos afazeres domésticos, as mulheres pesquisadas consideram a divisão de atribuições com a casa e o lar mais desigual do que equilibrada. Os depoimentos das professoras P1 e P4 atestam essa percepção:

Bem estressante. Já tinha dificuldades de administrar meus horários e minha rotina antes da pandemia. Agora, então, tá mais complicado ainda. Passo a maior parte do tempo com o celular na mão atendendo alunos, pais de alunos, coordenadores, diretores e o pessoal da secretaria. Além disso, ainda tenho que arranjar tempo para desempenhar o papel de mãe e esposa. (Professora P1)

Temos que levar em consideração os afazeres domésticos, uma vez que estamos sem nossas ajudantes e estamos atuando como domésticas, mães, esposas professoras de nossos alunos e professoras também de nossos filhos. Levando em consideração que ninguém estava preparado pra isso, estamos nos reinventando. (Professora P4)

O Gráfico 6 ilustra a percepção dessas mulheres sobre a divisão de atividades com o companheiro, relacionadas aos afazeres domésticos e aos cuidados com os filhos. Numa escala entre equilibrado e desigual, constatamos que o compartilhamento das responsabilidades apresenta desvantagem para as mulheres.

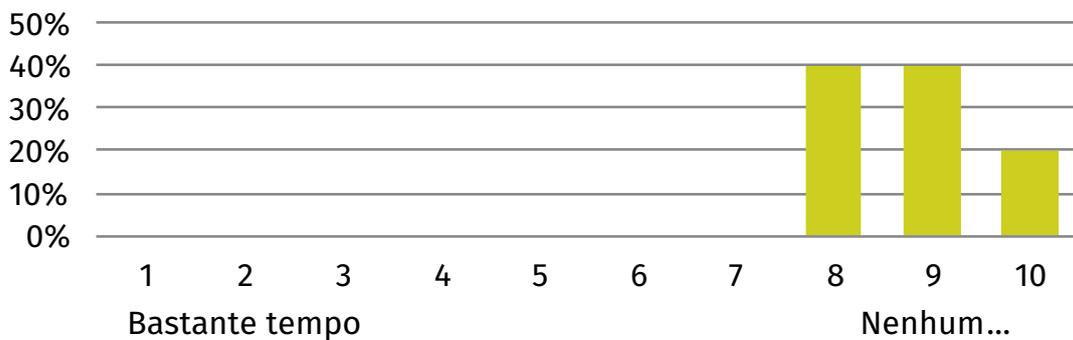
Gráfico 6 - Definição geral da divisão de atividades com o lar e os filhos

Fonte: elaborado pelos autores.

O excesso de compromisso com os filhos e o lar também impede que essas mulheres possam desfrutar de tempo livre e atividades de lazer. Essa é, aliás, uma dimensão necessária e importante para o bem-estar e a saúde

de física e emocional.

Numa escala de 0 a 10, as professoras responderam que não lhes sobra praticamente nenhum tempo para descansar ou pensar em lazer.

Gráfico 7 - Tempo livre das professoras durante a pandemia

Fonte: elaborado pelos autores.

Numa escala de 1 a 10, em que o número 1 representa bastante tempo e o número 10 significa nenhum tempo e, considerando que se trata de uma escala mais alargada, cujas possibilidades de resposta aumentam, ainda assim, constata-se quão ocupadas estão as professoras entrevistadas no contexto da pandemia. Numa pesquisa realizada por Vieira e Amaral (2013), observou-se que muitas mulheres não encaram a falta de tempo livre ou a abdicção do lazer como um sacrifício. Segundo as autoras, essas mulheres ressignificam a sua rotina conciliando jornadas de trabalho ár-

duas com graça e leveza. No entanto, o tempo dedicado para fazer “vários nadas” precisa ser experimentado como uma dimensão da vida, principalmente.

Dentre as atividades desenvolvidas no pouco tempo livre que restam às nossas entrevistadas durante a pandemia, as mais citadas foram brincar com os filhos, ler livros, ver televisão e filmes, dormir e conferir as redes sociais.

Quando perguntamos sobre o nível de sobrecarga que as professoras enfrentavam durante a pandemia, os resultados dialogaram

com as respostas do Gráfico 7. Numa escala de 1 a 5, em que o número 1 significa nenhuma sobrecarga e o número 5 significa sobrecarga máxima, 60% afirmou estar no nível máximo (cinco) e 40% no nível quatro.

A quarta categoria de análise, não mais importante que as demais, porém com uma carga mais relevante do ponto de vista desta pesquisa, diz respeito à “docência nas aulas remotas”. Para a professora P4, esse é um momento desafiador:

Dependemos de um certo domínio da tecnologia, além de nos depararmos com algumas dificuldades como: nem todos os alunos dispõem desses recursos tecnológicos, às vezes a internet cai no momento que dependemos dela, os aparelhos muitas vezes não comportam a quantidade de informações que necessitamos. (Professora P4)

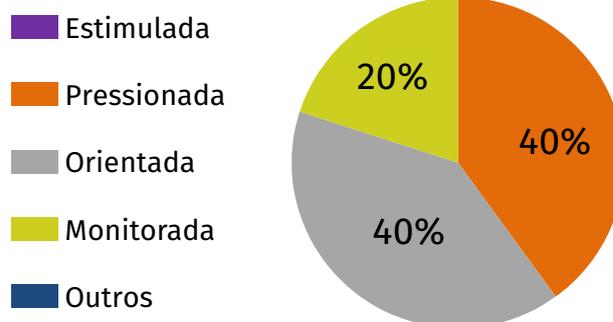
De acordo com a pesquisa, dentre os cuidados com a saúde, com os afazeres domésticos, os filhos e a família, o trabalho com as aulas remotas foi a atividade que demandou maior tempo entre as cinco professoras entrevistadas: quatro⁴ afirmaram que gastaram mais tempo com as aulas remotas, enquanto apenas 1 afirmou usar um tempo maior com as atividades domésticas.

Na opinião da professora P5, o período de aulas remotas foi bastante exaustivo, mas considera essa alternativa de ensino importante:

Para a permanência da rotina da comunidade escolar [...] principalmente por conta do distanciamento social, algo imprescindível para o desenvolvimento do ser humano. (Professora P5)

No tocante às exigências e recomendações das secretarias de ensino e das escolas onde trabalham, a percepção das professoras se aproxima de aspectos mais negativos que positivos, em relação ao trabalho desenvolvido. É o que podemos observar no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Percepção em relação ao acompanhamento das secretarias de ensino e escolas durante a pandemia



Fonte: elaborado pelos autores.

Na ocasião do formulário, havíamos disponibilizado opções de percepção opostas que pudessem representar, em alguma medida, o sentimento das professoras em relação às exigências com as aulas remotas. Os aspectos entendidos como positivos são as opções “estimulada” e “orientada”, e os aspectos negativos são as opções “pressionada” e “monitorada”.

Naturalmente, a atuação das secretarias de ensino e das gestões escolares é imprescindível no desenvolvimento do ensino, ainda mais durante a pandemia. Todavia, sabe-se que se esse tipo de acompanhamento não for feito priorizando aspectos como o diálogo e a empatia, facilmente pode-se acarretar adoecimento, decorrente da pressão psicológica e das exigências excessivas. Além das outras demandas de trabalho já mencionadas anteriormente, este tempo de pandemia pode ser cruel para as subjetividades individuais por causa dos medos e inseguranças, das cargas de estresse e ansiedade. Apesar disso, cabe observar o depoimento da professora P1:

Na verdade, estamos em um processo de adaptação bem estressante. As orientações que recebemos no âmbito escolar ainda estão muito soltas e não são o suficiente para essa nova situação a qual estamos vivenciando. É um momento bem delicado em nossas vidas. O isola-

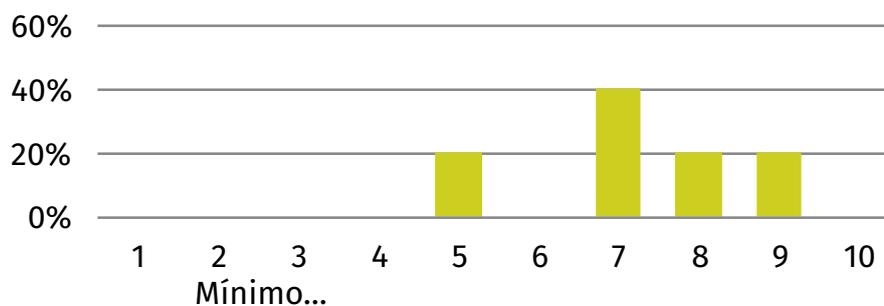
mento social e o medo da pandemia nos deixam emocionalmente fragilizados. (Professora P1)

Oferecer ensino de forma remota configura um desafio maior para professoras em situação de sobrecarga de trabalho e responsabilidades com a família e o lar. As adaptações necessárias ao ensino remoto envolvem processos de planejamento, preparação, produção, edição e envio de conteúdos, bem como a interação com os alunos, afinal, o ensino caracteriza-se pela mediação, diálogo, orientação e escuta. Além disso, nem sempre foi possível alcançar os alunos por meio das tecnologias. E

isso também gera sobrecarga, preocupação e culpa, seja por não conseguir oportunizar a todos os meios necessários para que continuem aprendendo, seja pela cobrança externa para que sejam eficientes no processo e apresentem resultados.

O Gráfico 9 ilustra a opinião das professoras em relação à abrangência dos contatos remotos com seus alunos. Utilizando uma escala de 1 a 10 em que o número 1 significa o contato mínimo e o número 10 significa contato com o máximo de alunos, obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico 9 - Alcance dos alunos através das aulas remotas na visão das professoras



Fonte: elaborado pelos autores.

Como podemos notar, há uma boa adesão dos alunos às aulas remotas. Não obstante, independente da quantidade de alunos alcançados, a organização com as aulas seria a mesma, porém, ainda que esse alcance seja um fator positivo diante de tantas impossibilidades, o atendimento aos alunos requer tempo e boas estratégias para dar conta dos novos processos de mediação. Apesar de o alcance parecer positivo, as professoras demonstraram preocupação com os alunos que não tiveram condições de acompanhar as aulas e sobre o quanto isso poderá ser prejudicial ao seu desenvolvimento:

O ensino remoto foi uma decisão tomada para que 'não percamos o ano letivo', e alargou as desigualdades já existentes em nossa educação brasileira. Mesmo sem culpas, haverá regressão

e esta será em grande escala porque pouco se fez para a progressão e dentro dessa situação, tal regresso será impactante. (Professora P2)

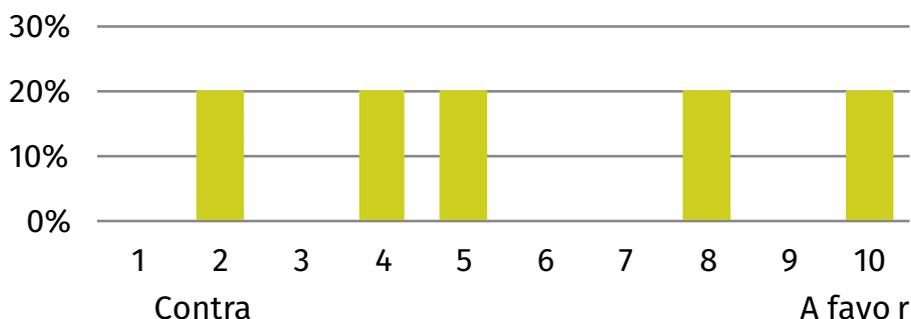
Os alunos já apresentam muitas dificuldades nas aulas presenciais, e nas aulas remotas as dificuldades aumentaram mais ainda. (Professora P1)

No entendimento das professoras, até o momento da pesquisa, a aprendizagem dos alunos ocorreu parcialmente. Numa escala de 1 a 10, em que o número 1 representa aprendizagem mínima e o número 10 representa aprendizagem máxima, as professoras selecionaram a margem entre 4 e 5, sinalizando que não há excelência em aprendizagem, assim como também não se pode negar que algum conhecimento ocorreu.

Os posicionamentos das professoras pesquisadas favoráveis e contrários ao ensino remoto durante a pandemia foram distintos. Utilizando a mesma escala de 1 a 10, em que

o número 1 significa ser totalmente contra e o número 10 significa totalmente a favor, obtivemos variadas respostas. O Gráfico 10 ilustra esse resultado.

Gráfico 10 - Opinião das professoras sobre o ensino remoto



Fonte: elaborado pelos autores.

É preciso ressaltar que a questão acima não pretende levantar opinião sobre o ensino remoto como medida de ensino permanente, mas sobre a sua validade como estratégia possível para manter alguma alternativa pedagógica durante o distanciamento social exigido pela pandemia.

Para a professora P2, esse tipo de ensino traz grandes preocupações:

Em relação a vários pontos, como ao tempo de exposição das crianças às telas, a recursos mínimos como falta de livro didático, falta de aparelhos celulares, internet e, sobretudo a situação sobre a disponibilidade dos pais e/ou responsáveis, bem como o apoio dos mesmos. (Professora P2)

Não obstante, as professoras entendem que, mesmo provocando excesso de trabalho, o ensino remoto é a alternativa possível para mitigar os impactos da pandemia na educação:

Venho desempenhando várias funções ao mesmo tempo e ainda disponibilizando meu tempo e telefone aos pais dos alunos, bem como fico à disposição dos professores da minha filha. No entanto compreendo que embora tenha promovido essa sobrecarga em nossas vidas, sei que é a situação mais viável pra o momento. (Professora P4)

Acredito que para mim foi a melhor forma encontrada para, de algum modo, cumprir com meu papel de professora, porém acompanhada de toda uma rotina de mulher, esposa e mãe, e ainda tendo outro vínculo [...] maior cobrança, monitoramento e muito trabalho. Contudo, estamos tentando consolidar nossa prática e a realidade do momento. (Professora P5)

As narrativas apresentadas revelam o quanto as docentes pesquisadas estão cansadas e sobrecarregadas com a rotina de aulas remotas, mas também expressam a resiliência de suas posturas frente ao desafio. Em tempo, salientamos que as manifestações das entrevistadas não devem validar nenhum tipo de conformismo ou minimização da sobrecarga profissional, materna, doméstica e conjugal que estas mulheres suportam. As palavras “sobrecarga”, “exaustão”, “sensação de incapacidade”, “persistência”, “desgaste físico e mental”, relatadas por uma delas, não podem ser romantizadas por nenhum tipo de discurso, por mais positivo e animador que seja.

No ponto de vista de Pais (2003), pode ser que o cotidiano escolar e as vivências dos seus sujeitos sejam associados à ritualidade, à monotonia ou à repetitividade. Porém, o autor sublinha que esse campo também deve ser

explorado como lugar de enfrentamentos, de ruptura dos silenciamentos e das invisibilidades para todos, pois a vida profissional cotidiana “[...] é também um campo de resistências e de lutas sociais” (PAIS, 2003, p. 308).

Considerações finais

O estudo apontou as metamorfoses do cotidiano das professoras em suas novas práticas, interações e humanidades. É urgente tratar as desigualdades desconstruindo a alienação forjada pelo patriarcado e mantida pelo machismo estrutural que as nega.

Na dinâmica escolar, a vida de professores e suas experiências com os alunos só fazem sentido no dia a dia, pois o cotidiano é capaz de oferecer uma compreensão dos tempos e dos múltiplos espaços pelos quais trabalham e transitam os profissionais da educação, sejam homens ou mulheres. No entanto, de forma velada, a estrutura simbólica da mulher mãe, esposa, dona de casa e trabalhadora da educação é permeada por discursos e práticas que a oprime.

Chegamos ao século XXI com alguns avanços da mulher no âmbito social externo, mas ainda permanecemos no século passado quando se trata da estrutura familiar. No centro dessa instituição, a mulher ainda permanece em condição de desigualdade, acumulando funções consideradas femininas. Contudo, as mulheres se tornaram também as responsáveis por prover parcialmente ou totalmente o sustento da família, por meio do seu trabalho que, somado às atividades que envolvem os cuidados com os filhos e os afazeres domésticos, compreendem a dupla/tripla jornada. Para nós, essa não é uma condição de multifuncionalidade feminina. É sobrecarga. Uma construção social que precisa ser desmistificada e refletida.

Em meio a essa realidade, destacamos a mulher-professora, atribulada pela docên-

cia, atividade complexa e que, cada vez mais, recebe a incumbência de ser a redentora da sociedade. Afinal, quem nunca ouviu que só a educação salva? Ou que só a educação muda o mundo? Essa não seria, também, uma questão de gênero?

No cenário criado pela pandemia do novo coronavírus, propusemos pensar algumas questões da relação entre gênero e docência que estão, de certo modo, ocultas dentro dos lares, mas que interferem nos modos de produzir a profissão e a vida de modo geral. Conhecer parte da realidade de nossas entrevistadas nos possibilitou entender que o trabalho docente foi impactado pelo acúmulo de atribuições causado pelo distanciamento social, potencializando demandas que indicam o aumento do desgaste físico e emocional das professoras.

Assim, assumimos as conclusões do estudo como pontos de partida para a compreensão do universo da mulher-professora e as outras faces que se escondem por trás do estereótipo da “guerreira polivalente”. O processo de subjetivação de gênero emergiu nos tempos e espaços docentes observados impactando de modo expressivo o desenvolvimento das aulas remotas, mas, ao mesmo tempo, evidenciando a capacidade de resiliência das professoras em seus enfrentamentos e suas reinvenções cotidianas.

Referências

- ALMEIDA, Jane Soares. Índícios do sistema coeducativo na formação de professores pelas escolas normais durante o regime republicano em São Paulo (1890/1930). **Revista Educar**, Curitiba, n. 35, p. 139-152, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/n35/n35a11>>. Acesso em: 13 jun. 2020.
- ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- APPLE, Michel. Ensino e trabalho feminino: uma

análise comparativa da história e ideologia. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.64, p. 14-26, fev.1988. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1180>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

ARAGÃO, Cristina Milena; KREUTZ, Lúcio. A mulher é naturalmente educadora. Representações de professoras sobre a docência: entre discursos históricos e atuais. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia-MG, v. 25, n. 1 - Jan./Jun. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/7395>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo I: fatos e mitos**. 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo II: a experiência vivida**. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2009.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, set/dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742007000300003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Mulher e trabalho: engenheiras, enfermeiras e professoras. **Cadernos de Pesquisa**, 27, p.3-18, 1978. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1726/1710>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista brasileira de Estudos Populares**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982006000200009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, 64, p. 4-13, fev.1988. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1179>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

CARVALHO, Marília Pinto de. Entre a casa e a escola: educadoras de 1º grau na periferia de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.76, n.184, p.407-444, set/dez, 1995. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1177/916>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

CARVALHO, Marília Pinto de. Trabalho e relações de gênero: algumas indagações. **Revista Brasileira de Educação**, n.2, p.77-84, mai./ago. 1996. Disponível em: <http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE02/RBDE02_08_MARILIA_PINTO_DE_CARVALHO.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2020.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a03n121>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Esutáquio. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018. 120p.

COSTA, Fabiana Alves da. Mulher, trabalho e família: os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e em suas relações familiares. **Pretextos**, Minas Gerais, v.3, n.6, jul./dez. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15986>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

COUTO, Maria Joana de Brito. A psicanálise escuta a educação. **Estilos da Clínica**, [S.l.], v.4, n.6, p.165-173, 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v4i6p165-173>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

DAMETTO, J.; ESQUINSANI, R. S. S. Mãe, mulher... professora! questões de gênero e trabalho docente na agenda educacional contemporânea. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 37, n. 2, p. 149-155, 1 jul. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v37i2.27127>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

DOWLING, Colette. **Complexo de Cinderela**. 2.ed São Paulo: Melhoramentos, 2012. FRANÇA, Ana Letícia; SCHIMANSKI, Édina. Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v.9, n.1, p. 65-78, 2009. Disponível em: <<http://www.revistaemancipacao.org.br/revistaemancipacao/article/view/1179>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

[tps://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/687](https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/687)>. Acesso em: 17 jun. 2020.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2010a.

LOURO, Guacira. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2010b.

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

PRADNOV, Cleber; FREITAS, Ernani. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SILVA, Edna Lúcia, MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-100, jul./dez. 1995. Disponível em: <>. Acesso em: 23 maio 2020.

SIQUEIRA, M. J. T; FERREIRA, E. S. Saúde das professoras das Séries Iniciais: o que o gênero tem a ver com

isso? **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 23, n. 3, p. 76-83, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414=98932003000300011-&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 23 maio 2020.

TAVARES, José. **Resiliência e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

TOSTES, et al. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Revista Saúde Debate**, v. 42, n. 116, p.87-99, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010311042018000100087&script=sci_abstract&tlng=pt>Acesso em: 5 jun. 2020.

VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180.

VIEIRA, Adriane; AMARAL, Grazielle Alves. A arte de ser beija-flor na tripla jornada de trabalho da mulher. **Revista Saúde e Sociedade**, v.22, n.2, p.403-414, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104=12902013000200012-&script=sci_abstract&tlng=pt>Acesso em: 13 jun. 2020.

VIEIRA, Juçara Dutra. **Pesquisa sobre saúde e condições de trabalho dos(as) profissionais da educação básica pública**. Brasília: CNTE, 2017. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/images/stories/2018/relatorio_pesquisa_saude_completo.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

Recebido em: 27/07/2020

Revisado em: 18/05/2021

Aprovado em: 23/05/2021

Robson Lima de Arruda é mestre do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores (PPGFP) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Diretor de Ensino na Secretaria Municipal de Educação de Santa Cecília (PB) e analista educacional na Rede Estadual de Pernambuco. Integrante dos Grupos de Pesquisa Comunicação, Cultura e Desenvolvimento e Comunicação (Decom) e Tecnologias, Culturas e Linguagens (Teclín), ambos da UEPB. E-mail: robsonlima13@hotmail.com

Robéria Nádia Araújo Nascimento é doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora associada da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e coordenadora adjunta do Programa de Pós-graduação em Formação de Professores (PPGFP) da UEPB. Integrante dos Grupos de Pesquisa: Tecnologias, Culturas e Linguagens (TECLIN) do PPGFP da UEPB; e Comunicação, Cultura e Desenvolvimento e Comunicação, Memória e Cultura Popular (Decom) da UEPB. E-mail: rnadia@terra.com.br